

Pessoas físicas pagam 17% do pacote

Uma parte expressiva — 17% — do pacote de ajuste fiscal será paga pelas pessoas físicas. O cálculo é de Carlos Guzzo, superintendente do Departamento de Economia do Banco Pontual. Ele põe na conta o aumento do Imposto de Renda (R\$ 1,2 bilhão), o IPI sobre bebidas e automóveis (R\$ 800 milhões) e o aumento de combustíveis (R\$ 1,16 bilhão). “Há um efeito claro de redução de renda das pessoas, já agravado pelo aumento da taxa de juros do final de outu-

bro”, pondera.

Na avaliação do diretor-financeiro do Bicbanco, Paulo Mallmann, 90% do pacote vêm do aumento da carga tributária e somente 10% provém de reduções efetivas de despesas. Essa situação, diz, reflete a falta de manobra do governo para cortar profundamente as despesas sem a aprovação das reformas. “A Constituição não permite”, diz ele. O resultado, pondera, é que o pacote vai afetar o consumo das famílias e das empresas, que so-

mam 85% do PIB.

Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda, avalia que os impactos de desaquecimento serão maiores entre os setores que dependem de crediário, como a indústria automobilística e outros fabricantes de bens duráveis. “Haverá uma desaceleração da atividade, mas o efeito líquido sobre a economia é positivo porque a política de estabilização da economia está sendo preservada com este ajuste”, avaliou. (D.N.)